DECRETO Nº 17331/2017, de 10 de março de 2017.

(DOEM Edição nº 1906 de 20/03/2017)

ESTABELECE NORMAS PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS, PARA O PERÍODO DOS EXERCÍCIOS DE 2018 À 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, em conformidade com inciso II do artigo 9º da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Para elaboração do Plano Plurianual do período de 2018 à 2021 do Município de Florianópolis, a partir do exercício financeiro de 2018, toda ação finalística do Governo Municipal deverá ser estruturada em "Programas de Governo", Anexo I e por sua vez classificados em Funções e Sub-funções, Anexo II, dispondo nas Regiões do Município de Florianópolis, Anexo III, preenchendo o formulário padrão, denominado de "Cadastro de Projetos, Atividades e Operações Especiais", partes integrantes do Anexo Único deste Decreto, orientados para a consecução dos objetivos estratégicos definidos para este período.

Art. 2º Cada Projeto, Atividade ou Operação Especial deverá conter:

I – um Programa de Governo;
II – um Órgão e uma Unidade Orçamentária;
III – uma Função e uma Sub-função;
IV – a Denominação do Projeto, Atividade ou Operação Especial;
V – o Diagnóstico, identificação da realidade existente, de forma a permitir a caracterização e a mensuração dos problemas e das necessidades existentes;
VI – a Diretriz/Caracterização, critérios de ação de decisão que devem disciplinar e orientar a atuação do Governo Municipal; diretriz, para efeito do Plano Plurianual, é considerada a orientação que indica forma ou condição para a realização dos objetivos;
VII – os Objetivos, são os resultados que se pretende alcançar, sempre mensuráveis por um indicador que expresse um resultado sobre o público-alvo, descrevendo a finalidade do Programa de Trabalho, com concisão. O enunciado de um objetivo é sempre caracterizado pela presença de um verbo de ação, no infinitivo, que complete a assertiva: p.ex. "Esse projeto deverá ser capaz de...";
VIII – a Descrição/Ação, conjunto de operações cujos produtos contribuem para a realização dos objetivos do Projeto, da Atividade ou da Operação Especial;
IX – a Região, com o respectivo bairro ou localidade onde será realizada a ação;
X – o Produto, representado pelos bens e serviços produzidos e/ou prestados para a consecução do Projeto, Atividade ou Operação Especial;
XI – a Unidade de Medida do indicador, padrão escolhido para a mensuração adotada como indicador;
XII – as Metas, correspondente a quantidade e/ou qualidade física de bens e serviços necessários para atingir os Objetivos;
XIII – as Fontes de Recursos, se próprios ou vinculados; e
XIV – os Valores correspondentes a cada exercício, quando for o caso.

Art. 3º Será adotado, em cada Projeto, Atividade ou Operação Especial, modelo de gerenciamento que compreenda:

I – definição da Unidade e do Responsável pelo gerenciamento, do Projeto, Atividade ou Operação Especial;
II – controle de prazos e custos; e
III – sistema informatizado de apoio ao gerenciamento.

Art. 4º Será realizada avaliação quadrimestral da consecução dos objetivos estratégicos do Governo Municipal e do resultado dos Programas de Governo, para subsidiar a elaboração das Leis de Diretrizes Orçamentárias e os respectivos Orçamentos de cada exercício.

Art. 5º A avaliação física, orçamentária e financeira dos Projetos, Atividades e Operações Especiais que os constituem é inerente a cada uma das Unidades responsáveis e tem por finalidade:

I – aferir o seu resultado, tendo como referência os objetivos e as metas fixadas;
II – subsidiar o processo com alocação de recursos públicos, à política de gastos públicos e a coordenação das ações do Governo Municipal; e
III – agilizar o processo evitando a dispersão e o desperdício dos recursos públicos.

Art. 6º Para fins de gestão e avaliação, as Unidades responsáveis pela execução dos Programas manterão, quando couber, indicadores do grau de satisfação da sociedade quanto aos bens e serviços ofertados pelo Poder Público.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, aos 10 de março de 2017.

Gean Marques Loureiro
Prefeito Municipal

Filipe Mello
Secretário Municipal da Casa Civil

Constâncio Alberto Salles Maciel
Secretário Municipal da Fazenda

ANEXO ÚNICO PPA – PLANO PLURIANUAL 2018 A 2021.

O Município de Florianópolis, Capital dos Catarinenses tem como:

Missão: Promover o desenvolvimento sustentável do Município de Florianópolis e de seus cidadãos, primando pela preservação da cultura, da história, das belezas naturais e da qualidade de vida, com ética, transparência, comprometimento e profissionalismo.

Visão: Ser referência nacional em planejamento e gestão municipal.

Valores e Princípios:
- Ética;
- Comprometimento;
- Responsabilidade Socioambiental;
- Confiança;
- Transparência;
- Respeito ao Cidadão;
- Excelência na Gestão; e
- Trabalho.

Diretrizes:
- Fortalecer a imagem do governo municipal perante a sociedade local, catarinense e brasileira;
- Elaborar, aplicar e acompanhar leis e projetos de interesse dos cidadãos florianopolitanos;
- Promover o bem estar social, a educação, a saúde, a segurança e a preservação do meio ambiente; e
- Proporcionar aos munícipes uma qualidade de vida reconhecida estadual, nacional e internacionalmente.

Programa de Governo Municipal: É o instrumento de definição da atuação governamental local, por intermédio do qual o governante sabe qual caminho deve ser seguido.

Prioridades de Gestão do Governo Municipal com "UM NOVO OLHAR PARA FLORIANÓPOLIS": As prioridades da Administração Municipal se caracterizam, no horizonte de quatro anos, em ações de curto, médio e longo prazo. As ações prioritárias estarão voltadas à manutenção dos serviços básicos, a níveis adequados, a fim que não haja impacto de descontinuidade ou redução da oferta de serviços públicos municipais. A população terá garantida à execução dos serviços de rotina. A implementação de novos programas de governo, com um "UM NOVO OLHAR PARA FLORIANÓPOLIS" deverá ter objetivos concretos para o desenvolvimento da cidade. Neste sentido, a expectativa que seja constatada, junto aos principais índices de mensuração, uma melhora significativa entre a relação a "recursos aplicados" e "resultados alcançados". Paralelamente, a promoção e discussão das diretrizes para o crescimento da cidade, sem comprometimento da qualidade de vida, olhando o futuro de forma planejada e em sintonia com as crescentes demandas da população.

Portanto, "UM NOVO OLHAR PARA FLORIANÓPOLIS" terá as seguintes prioridades de atuação da Prefeitura:

• Melhoria na mobilidade urbana, por meio de projetos de infraestrutura e integração de modais de transporte e incentivo à alternativos;

• Melhoria na área da educação, com planejamento e reorganização de vagas, horários de atendimento e qualificação de professores;

• A saúde receberá um choque de gestão administrativa e, recursos necessários para que o cidadão possa ser atendido rapidamente e de forma digna, e diagnosticado e tratado no mais curto espaço de tempo;

• Segurança Pública, terá um aperfeiçoamento das atribuições da Guarda Municipal, a fim de que possa se fazer mais presente e com competência;

• Políticas de Sociais, ações que demandam a inclusão, amparo e proteção ao idoso, jovens e pessoas em vulnerabilidade social;

• Desenvolvimento Econômico, Incentivar, promover, financiar, apoiar empreendimentos motrizes indutores de emprego e renda. Convergir o crescimento econômico com a preservação ambiental;

• Reorganização administrativa municipal, promover profundas mudanças administrativas a fim de emplacar uma estrutura enxuta, profissional e de resultados de excelência.

Programas de Governo Municipal para o PPA 2018 a 2021:

101 – "PROCESSO LEGISLATIVO" Estabelecer e coordenar todas as ações Administrativas, Orçamentárias, Financeiras, Patrimoniais, Contábeis e Legislativas no âmbito do Poder Legislativo Municipal. Assegurar aos legisladores e demais colaboradores à análise à elaboração, à votação das leis e o julgamento das Contas Anuais do Poder Executivo Municipal. Disponibilizar condições aos legisladores e demais colaboradores do Poder Legislativo Municipal a execução das atividades inerentes ao processo legislativo municipal em conformidade com a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno.

102 – "SAÚDE" A população brasileira notoriamente está mais idosa, a pirâmide etária do último censo e 2010 do IBGE, apresenta esta transformação, que remete a necessidade de ampliação constante de acesso aos serviços de saúde pública. O desafio impele as administrações públicas uma renovação do modelo de financiamento e utilização dos recursos, sejam financeiros, de infraestrutura ou humanos. Nesta senda, a prefeitura envidará todos os esforços para que a conjunção dos fatores resulte numa dinâmica moderna, concisa e de resultados a garantir o acesso a consultas, exames e tratamento dignos.

• Ampliação da capacidade de atendimento das UPA's;

• Manter estoques suficientes de medicamentos e logística de distribuição;

• Tornar mais eficiente o controle e dar maior celeridade no atendimento, consultas, exames, bem como o acesso aos profissionais especialistas;

• Modernizar equipamentos clínicos e hospitalares;

• Fortalecimento da gestão e da prestação do Sistema Municipal de Vigilância em Saúde, no que se refere à vigilância alimentar e nutricional, epidemiológica, sanitária, ambiental, saúde do trabalhador e do laboratório municipal de saúde;

• Qualificar a gestão do sistema de saúde e da Secretaria de Saúde, com ênfase no financiamento, na administração e capacitação de recursos humanos, na tecnologia da informação e da comunicação e no diálogo com servidores e comunidade;

• Promover e implementar as ações de bem estar animal, difundindo o tratamento ético e respeitoso aos animais;

• Buscar parcerias com a Secretaria de Estado da Saúde para melhorar o funcionamento dos hospitais públicos estaduais sediados em Florianópolis, com ênfase no atendimento nas urgências e emergências e na referência para o SAMU;

• Buscar parcerias nas esferas estadual e federal para realizar e aprofundar estudos com vistas à elaboração de um plano de cargos para o SUS;

• Implantar programa de atenção domiciliar, promovendo a saúde, prevenindo e tratando de doenças em domicilio, integrando as redes de atenção à saúde, através da estratégia de saúde da família;

• Construir e equipar novos centros de saúde em unidades com áreas deficientes e regiões que apresentam necessidades, em parceria com o Ministério da Saúde;

103 – "EDUCAÇÃO" A educação é sem dúvida o pilar de uma sociedade e a garantia de um futuro melhor. A oferta pública de vagas nas escolas e creches é a certeza do acolhimento e formação de nossas crianças e jovens. O aprendizado com qualidade e perenidade será um dos objetivos mais arrojados da gestão municipal. Entendemos que o futuro da cidade e o aumento da qualidade de vida, passa pela alfabetização, transmissão do conhecimento e aplicação destes, no seio da sociedade. As principais propostas para a educação são:

• Ampliar a rede municipal com vagas suficientes para o atendimento;

• Promover as reformas necessárias nos prédios das escolas para que os alunos tenham segurança e conforto;

• Viabilizar programas educacionais, de inclusão, profissionalizantes, vocacionais, em tempo integral;

• Promover parcerias com as Associações de Pais e Professores - APP para a utilização dos espaços públicos, voltados a integração entre comunidades e difusão do esporte, da cultura e lazer;

• Melhorar as condições de trabalho dos professores, viabilizar salários compatíveis, estabelecer agenda positiva com diretores de escolas;

• Criar possibilidades de incrementos do conteúdo pedagógico, englobando a cultura açoriana, educação ambiental e financeira;

• Promover a formação continuada de professores em torno da educação integral, englobando as dimensões pedagógica e administrativa;

• Consolidar as diretrizes pedagógicas e as matrizes curriculares municipais para o desenvolvimento da educação integral e ampliação da jornada escolar; e

• Construir, reformar e equipar laboratórios de aprendizagem avançada;

104 – "SEGURANÇA PÚBLICA" Uma das demandas mais citadas pela população, tendo em vista a escalada vertiginosa do aumento de crimes. A cidade de Florianópolis não está distante das ações de bandidos e facções criminosas que impelem o medo e a sensação de insegurança. A crise econômica agrava ainda mais o quadro, expondo a população a diversos riscos, ainda a coerção por parte de meliantes e andarilhos e usuários de drogas. Independente de alguns serem vitimas do desemprego, ou da falta de oportunidades, a opção pelo crime não pode ser tolerada pelas autoridades. Neste bordo, a administração municipal tem que se fazer presente na construção de soluções e imposição do rigor de suas competências. Engendrar alternativas com as policias civil e militar e empregar de forma eficaz o efetivo da guarda municipal será uma diretriz a ser adotada. Na área de segurança pública as propostas iniciais são:

• Policiamento ostensivo, como programas de ronda 24 horas;

• Unidades móveis da guarda municipal em pontos de maiores suscetibilidades de crimes;

• Criar programas que promovam a segurança no perímetro das escolas e combate ao assédio as crianças e jovens;

• Aumento das unidades de vigilância eletrônica e manutenção permanente destas;

• Intensificar a participação da GMF no controle e fiscalização do transito; e

• Intensificar a participação da GMF, no auxilio as crianças no entorno das escolas públicas em especial na travessia de ruas nos horários de entrada e saída da escola;

105 – "MOBILIDADE URBANA" A capital dos catarinenses, além de ser destino turístico preferido do Brasil e do mundo, por suas belezas naturais, também ostenta um trânsito caótico. Devido aos padrões urbanísticos da colonização, os logradouros se encontram constritos pelas edificações, dificultando ou inviabilizando a expansão da malha rodoviária. Destarte, com o grande fluxo de veículos que circulam e adentram a ilha todos os dias, as vias rapidamente

ficam saturadas. Como reflexo, engarrafamentos, que já não tem mais hora, afetando a mobilidade, consumindo recursos e tempo da população. É cediço que o grande fluxo de veículos transporta geralmente um único passageiro, asseverando os congestionamentos. Somente a implantação de transporte coletivo de massa poderia diminuir o fluxo de veículos, porém, se faz necessária uma reformulação em todo o sistema, imprimindo qualidade, segurança e conforto ao usuário, a fim de incentivar motoristas a deixarem seus veículos e utilizarem o transporte coletivo. Há necessidade de mudança do conceito do transporte, principalmente através da integração com outros modais, oferta de horários e veículos apropriados. O centro da cidade não comporta mais veículos competindo com os pedestres, cabe um projeto de revitalização das vias e valorização e implantação de áreas verdes e transporte alternativo, sem a presença de veículos particulares. Assim podem-se destacar alguns projetos na área de mobilidade urbana:

• Elaborar e implantar o Plano Municipal de Mobilidade Urbana;

• Adequar todo o sistema de transporte público urbano às condições de acessibilidade, composto por veículos, pontos de parada, terminais e equipamentos urbanos, grade de horários e itinerários;

• Priorizar os modos de transportes não motorizados sobre os motorizados e dos serviços de transporte coletivo sobre o transporte individual motorizado;

• Promover uma nova política de circulação viária na cidade, dando prioridade ao transporte coletivo de qualidade;

• Adequar o horário de funcionamento da cidade, diluindo a concentração dos picos de circulação;

• Promover a articulação interinstitucional dos órgãos gestores de transportes da Grande Florianópolis por meio de consórcios públicos;

• Ampliar os corredores exclusivos ou preferenciais para o transporte coletivo;

• Desenvolver o transporte marítimo integrado aos demais municípios e modais de transportes existentes;

• Ampliar o investimento em calçadas, ruas, e áreas exclusivas para pedestres, adequando à acessibilidade;

• Proteger os espaços destinados às ciclovias e ciclo faixas, deixando-os integrados ao sistema de transportes;

• Implantar área para estacionamento de automóveis e bicicletários junto aos Terminais de Integração;

• Promover uma ampla qualificação de motoristas, cobradores, taxistas, operadores de transporte turístico e escolar, através do Projeto “Capacitando os Amigos”;

• Incentivar o uso de combustíveis menos poluentes e controle da poluição;

• Implantar novas ciclovias;

• Realizar um programa de pavimentação de ruas; • Melhorar a sincronia dos semáforos;

• Reavaliar os locais de estacionamento nos logradouros, incluir vagas rápidas;

• Construir bicicletários público municipal; e

• Implantar o projeto bicicleta compartilhada com diversos pontos de retirada e de devolução;

106 – “SANEAMENTO BÁSICO” As belezas naturais da Ilha da Magia, em especial suas praias – motivo precípuo de turistas em férias – sofrem com a agressão do lançamento de esgoto in natura. As ligações clandestinas pretéritas e as construções desordenadas, a ausência de fiscalização ostensiva, agravam as condições de balneabilidade, afetam a fauna, a flora e o odor exalado da poluição se impregnam. A urgência do emprego de

programas e projetos que visem corrigir e coibir o lançamento de esgoto nas praias, córregos e rios é prioridade de gestão. Expandir a oferta de tratamento sanitário será permanentemente cobrado da concessionária que opera este serviço no município. Numa era de desenvolvimento tecnológico, não se admite mais aterros sanitários, que degradam, poluem e contaminam o lençol freático. Cabe o tratamento adequado dos resíduos sólidos, por meio de usinas de coleta, reciclagem e transformação do lixo, por processos adequados e que não agridam ao meio ambiente. Os desafios são muitos, mas pode-se elencar alguns projetos para o saneamento básico, que são:

• Incentivar a ligação de esgoto residencial as redes públicas coletoras;

• Fiscalização permanente nos balneários;

• Exigir da concessionária do serviço a expansão da oferta de serviços de esgotamento sanitário e abastecimento de água em velocidade compatível com o crescimento da cidade;

• Articular com os municípios da Grande Florianópolis a utilização dos recursos hídricos disponíveis para abastecimento do Sistema Integrado de Florianópolis e apoio ao Comitê de Bacias Hidrográficas do rio Cubatão nas ações de proteção e controle do manancial;

• Promover a estruturação de um sistema de regularização, com a definição de procedimentos e normas relativas ao disciplinamento das atividades relacionadas com limpeza de fossas;

• Elaborar projetos de sistemas coletivos alternativos de esgotamento sanitário em regiões isoladas, que por razões técnicas não haja viabilidade de integração à rede pública de coleta e tratamento ou de utilização de sistema individual;

• Elaborar estudo de redução de maus odores e desenvolvimento de tecnologias para desodorização das estações de tratamento de esgoto;

• Conscientizar a população por meio de campanhas educativas sobre a importância da regularização das ligações na rede de esgoto e consequências negativas das ligações irregulares;

• Conscientizar a população, por meio de campanhas educativas permanentes, sobre a necessidade de diminuir a geração dos resíduos sólidos na fonte, a importância da separação, acondicionamento e disposição adequada dos rejeitos coletados;

• Realizar a campanha de educação ambiental baseada na lição dos 3R's – reduzir, reaproveitar e reciclar – (reaproveitamento de materiais como matéria-prima para um novo produto);

• Promover a cooperação técnico-científica dos setores públicos e privados para o desenvolvimento de pesquisas de novos produtos, métodos, processos e tecnologias de reciclagem, reutilização e tratamento dos resíduos sólidos ambientalmente adequados;

• Fortalecer o programa de coleta seletiva de resíduos recicláveis para aumento da massa de resíduos recicláveis desviados da coleta convencional;

• Implantar unidade de tratamento de resíduos orgânicos, como compostagem/vermicompostagem e/ou digestão anaeróbia/bioenergia;

• Otimizar os roteiros de coleta especial, varrição e limpeza de ruas, com alteração de frequência, horários, percursos e pessoal envolvido;

• Estudar a disponibilidade de novas áreas para a destinação final dos resíduos sólidos urbanos, priorizando a identificação de soluções consorciadas ou compartilhadas na Grande Florianópolis;

• Implantar estrutura especializada em manutenção e vistoria permanente no sistema de microdrenagem e macrodrenagem;

• Elaborar plano para realização de limpeza e desassoreamento nos rios utilizados pelo sistema de drenagem e reflorestamento de suas margens;

• Projetar e implantar sistema de infiltração e detenção de águas pluviais nas áreas urbanas, com prioridade para áreas de maior risco de inundação;

• Elaborar projetos visando à minimização de inundações nas áreas delimitadas de alto risco de inundação;

• Implantar sistema de alerta contra enchentes, de forma articulada com a Defesa Civil; e

• Viabilizar através da CASAN a implantação de tratamento de efluentes nos municípios vizinhos.

107 – "CULTURA" O orgulho de ser "manezinho" já se proliferou até mesmo para aqueles que adotaram Florianópolis como lar. A integração dos emigrantes com a cidade simboliza uma simbiose que deu certo, e se encontra em constante transformação. A preservação e disseminação da cultura açoriana devem estar contempladas nas ações de governo, a fim de manter as características e orgulho de seu povo. Para tanto, o incentivo a artistas, artesões, músicos e todos com talentos de criar e interpretar as coisas da cidade é fundamental. Em destaque a alta gastronomia - derivada das receitas longevas dos colonizadores - um atrativo de transformação, pois o bom pirão e tainha, transforma todos em verdadeiros "manezinhos". Porém, as raízes guardam muitas outras pérolas que podem ser polidas e transformadas com todos que aqui escolheram para viver. Na área da cultura se apresentamos as seguintes propostas:

• Promover a capacitação de gestores, produtores e demais agentes culturais visando à qualificação da produção artística e cultural na cidade, aliada às novas tecnologias de informação e comunicação;

• Adotar a Economia Criativa como uma das estratégias de desenvolvimento para Florianópolis;

• Fomentar o empreendedorismo e valorizar a moda, o design, as artes urbanas, o grafite e a gastronomia, entre outras expressões culturais da atualidade, ligadas a atividades criativas, fortalecendo a economia da cultura;

• Estabelecer parcerias e/ou convênios para apoio a projetos de iniciativas não governamentais que tenham relevância sociocultural, visando intensificar e qualificar a agenda cultural de Florianópolis;

• Estimular e apoiar a produção de publicações sobre a história, a cultura e as artes, bem como a produção de material de formação e divulgação, jornais e revistas especiais sobre o universo cultural de Florianópolis;

• Priorizar a Cultura como direito fundamental do cidadão, fazendo com que, junto com a Educação, a Saúde e a Ciência e Tecnologia, seja um importante vetor de transformação social para a construção de uma cidade melhor para as futuras gerações;

• Fortalecer a transversalidade da cultura nas diversas políticas públicas municipais, especialmente nas áreas da Educação, Desenvolvimento Social, Planejamento Urbano, Turismo, Saúde e Segurança Pública;

• Fortalecer parcerias e/ou convênios com outras instituições para promoção de programas, projetos e ações voltadas à cultura inclusiva, proporcionando que pessoas com cegueira, baixa visão, surdez, deficiência mental ou física, autismo, entre outras situações, tenham acesso aos bens, produtos e serviços da cultura, dentro dos princípios de respeito e igualdade; e

• Promover programas e ações que assegurem o acesso aos bens, serviços e produtos da cultura, e a liberdade de expressão de grupos minoritários e comunidades em situações de exclusão social ou de vulnerabilidade, ou ainda que envolvam questões de gênero, orientação sexual e etnia.

108 – “ESPORTE E LAZER” Os benefícios da prática do esporte são reconhecidos tanto na prevenção de doenças, mas também como filosofia de vida ou meio de sustento, como atleta. As estatísticas mostram que os projetos sociais vinculados ao esporte reduzem significativamente a evasão escolar e aumentam o índice de aprovação colegial entre os estudantes atletas. A integração das políticas de esporte, lazer e educação se traduzem na construção da cidadania plena e na geração de novas oportunidades, refletindo diretamente na melhoria da qualidade de vida da população. As principais propostas da área:

• Desenvolver projetos esportivos de inclusão social;
• Desenvolver projetos de formação esportiva;
• Implantar projetos para pessoas com deficiências;
• Incentivar projetos esportivos que usem o meio ambiente como área de prática;
• Ampliar a integração das atividades desportivas comunitárias com as áreas da educação, saúde e segurança pública;
• Orientar os atletas de ponta com relação a ações de marketing esportivo;
• Priorizar a realização de competições de modalidades onde haja atletas locais de destaque, aumentando o potencial de atração de novos praticantes;
• Viabilizar apoio em treinamento e competição a atletas de ponta;
• Priorizar a criação de espaços de lazer em áreas carentes, com a construção de mesas de dominó e xadrez, pistas de skate, quadras de basquete de rua etc.;
• Incentivar a realização de competições nos bairros, como corridas de rua, natação em praias etc.;
• Manter calendário intenso de atividades esportivas e de lazer nas praias, durante a temporada de verão; e
• Oferecer atividades de esporte e lazer dedicadas à terceira idade nos balneários mais movimentados.

109 – “ASSISTÊNCIA SOCIAL” Reestruturar os CRAS e CREAS através de investimento em recursos humanos, de melhoramento e ampliação da frota de veículos e obras nos espaços físicos de trabalho existentes;

• Potencializar em caráter emergencial o serviço PAEFI/Sentinela (Programa de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos) para atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência;
• Construir abrigo municipal para Mulheres Vítimas de Violência, e em Situação de Rua; • Estruturar e ampliar a oferta de atendimento ao CREAS Pop (Centro de Referência para População em Situação de Rua);
• Construir Centro Dia para Pessoas Idosas, em parceria com a Secretaria de Saúde, para que os idosos passem o dia recebendo atendimento psicossocial e da área da saúde;
• Construir Abrigo para Crianças e Adolescentes vítimas de violência e em situação de vulnerabilidade; e
• Reestruturar e ampliar a Casa de Apoio a Pessoas em Situação de Rua.

110 – “TURISMO” A atividade turística é responsável por parcela significativa da economia do município, onde o trade turístico - composto por diversas atividades correlatas - é protagonista do turismo receptivo. As belezas naturais são o grande incentivo a vinda de turistas, que por consequência injetam moeda na economia local, o que traz consigo emprego, renda e geração de impostos. Mas, também as mazelas do aumento de consumo de água, energia elétrica, recolhimento de lixo, atendimentos em postos de saúde, e o transito caótico que se instala, onde a oferta destes serviços não é capaz, em muitos casos, de atender a demanda de temporada. Os desafios para conciliar os interesses econômicos, com a sustentabilidade ambiental e manutenção

de serviços básicos, deve ter no governo municipal o principal ator, na resolução e planejamento das atividades, a fim de propiciar a todos os agentes as condições ideais de fruição dos benefícios da temporada de verão, mas contrabalanceando pelo ordenamento e equilíbrio da utilização dos bens difusos, para que haja contribuição efetiva ao desenvolvimento da cidade e não a exaustão de fatores.

• Elaborar e implantar o plano estratégico de turismo para Florianópolis e região;

• Promover a articulação Inter setorial e interinstitucional, visando garantir a infraestrutura adequada ao município e região, de acordo com os princípios do planejamento, da sustentabilidade e da participação social;

• Ampliar a rede de saneamento ambiental nos balneários e bairros da cidade e região;

• Viabilizar as condições necessárias à construção de marinas e atracadouros na Ilha e região;

• Criar condições para escala de navios de cruzeiro em Florianópolis;

• Ampliar a oferta de chuveiros, sanitários e guarda-volumes públicos nas praias da Ilha;

• Incentivar a capacitação dos guias de turismo, de acordo com as necessidades de segmentação do setor;

• Garantir espaços para a prática de voo livre, através da construção e manutenção de rampas e pistas de pouso;

• Garantir a preservação dos conjuntos arquitetônicos históricos;

• Organizar um banco de dados com informações sobre produções artísticas e culturais, produtores e serviços correlatos;

• Aperfeiçoar a divulgação do calendário de eventos da cidade;

• Estimular a autonomia financeira das Escolas de Samba, incrementar os desfiles e a divulgação do carnaval;

• Ampliar a rede de postos de informações turísticas na Ilha e Continente;

• Priorizar a captação e realização de grandes eventos esportivos, sobretudo de esportes ecologicamente corretos, como vela, surf e voo livre.

• Promover a utilização dos espaços da Baia Sul, com equipamentos urbanos e estimulo a criação de via gastronômica; e

• Promover na cabeceira da ponte Hercílio Luz / Parque da Luz a instalação de equipamentos urbanos para atividades econômicas voltadas ao acolhimento do turista, com atividades culturais, gastronômicas e ambientais.

111 – “DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO” Os desafios da administração municipal vão além das divisas intermunicipais, onde a grande Florianópolis se integra e produz uma conturbação com efeitos sobre os recursos naturais, mananciais de abastecimento de água, sistema viário, transporte de passageiros, saneamento ambiental, uso e ocupação do solo, acesso ao lazer, à educação e à saúde. Neste norte, a expansão e utilização dos recursos de forma sustentável com vistas ao incremento constante da qualidade de vida da população, tem que ser enfrentado com políticas públicas capazes de conciliar a ocupação do solo e preservação ambiental, com as atividades econômicas. A equalização dos fatores concorrentes se torna fundamental na busca de uma matriz economicamente viável, onde as oportunidades de geração de negócios não podem sucumbir, por falta de ambiente político ou omissão do setor público. Pois, é na cidade que as pessoas vivem e trabalham e, a criação de novas vagas de emprego e oportunidades de aferição de renda somatizam no combate a violência e inclusão social. Propostas para o desenvolvimento econômico:

• Implantar o Plano Diretor, que contemplará, além da abordagem urbanístico-ambiental, ações estratégicas com abrangência municipal e integração regional, baseado na participação popular, na função social da propriedade, no resgate da cidadania e no reconhecimento da cidade real;

• Criar o Conselho da Cidade, órgão democrático responsável pela coordenação do planejamento urbano e atualização permanente do Plano Diretor;

• Assegurar a participação direta da população em todas as fases do processo de gestão democrática da Política Urbana de Florianópolis;

• Estruturar um sistema municipal de informações sociais, culturais, econômicas, financeiras, patrimoniais, administrativas, físico-territoriais, inclusive cartográficas e geológicas, ambientais, imobiliárias e outras de relevante interesse;

• Atualizar o diagnóstico das condições socioeconômicas e ambientais no município, quantificando, qualificando e identificando os problemas nas áreas de risco, loteamentos irregulares, assentamentos subnormais e áreas de preservação ambiental ocupadas;

• Rever, simplificar e consolidar a legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a assegurar a função social da propriedade urbana;

• Definir o novo macrozoneamento do território, identificando as áreas prioritárias e restritas para o incremento da ocupação e do adensamento, priorizando o crescimento da cidade na área já urbanizada, dotada de serviços, infraestrutura e equipamentos e consolidando poli núcleos urbanos;

• Implantar política de uso e ocupação junto à orla marítima (insular e continental) assegurando resgate cultural, acessibilidade pública e infraestrutura qualificada compatível com seus condicionantes ambientais;

• Aplicar os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, especialmente o Estudo de Impacto de Vizinhança, para que se possa fazer a mediação entre os interesses privados e o direito à qualidade de vida urbana;

• Revitalizar áreas históricas, em especial a Área Central e as antigas Freguesias (Lagoa da Conceição, Ribeirão da Ilha e Santo Antônio de Lisboa), preservando a identidade dos bairros e valorizando as características de sua história, organização social e cultura;

• Revitalizar e dinamizar os espaços públicos, em especial: áreas de entorno da Ponte Hercílio Luz (cabeceira insular e continental), aterros da Baía Sul (centro), Via Expressa Sul e Beira Mar Continental;

• Organizar e hierarquizar o sistema viário e de transporte de massa de maneira a priorizar o transporte coletivo sobre o individual e o pedestre sobre o automóvel, criando alternativas de modais integrados.

• Fortalecer as ações do Arranjo Produtivo Local da Ostra (APL ostras), em articulação com produtores e entidades parceiras;

• Promover a produção e a qualidade das ostras de Florianópolis, com campanhas estaduais, nacionais e internacionais;

• Intensificar a assistência técnica aos produtores na maricultura;

• Implementar parcerias para realizar o resgate histórico das comunidades pesqueiras com o objetivo de preservar a cultura local, integrando-as aos serviços turísticos da ilha;

• Incentivar a produção de flores e a reprodução da flora nativa da ilha, visando a manutenção dos ecossistemas naturais e a formação do Mercado da Flora Desterrense, incorporando-o às rotas turísticas;

• Incentivar a recriação do “Cinturão Verde” na Ilha, resgatando hábitos antigos;

• Incentivar a horticultura sem agrotóxicos com a implantação do selo de produtos da ilha, a implantação de hortas escolares e a utilização de produtos orgânicos na merenda escolar;

• Apoiar o desenvolvimento de estudos para viabilização de pecuária de animais rústicos de pequeno porte;

• Criar o Programa de Abastecimento Comunitário com produtos do pescado e da maricultura;

• Reestruturar e dinamizar as Feiras Livres e Feiras Orgânicas e Agroecológicas no centro e nos bairros;

• Apoiar o produtor artesanal, fornecendo assistência técnica e facilitando o acesso a linhas de crédito compatíveis;

• Rever a reimplantação e/ou reavaliação do "Banco do Empreendedor";

• Combater as construções irregulares, realizando e mantendo o embargo das obras, bem como executando a demolição daquelas que efetivamente estão agredindo o meio ambiente;

• Promover a demarcação física dos limites das Unidades de Conservação do município, elaborando o Plano de Manejo, promovendo a regularização fundiária dos imóveis e intensificando as ações de educação ambiental nas áreas;

• Atuar permanentemente na área da educação ambiental;

• Realizar um projeto macro de paisagismo para a cidade, objetivando diagnosticar a situação das áreas já disponíveis (praças, parques etc.) e projetar novos espaços com arborização adequada baseado na boa técnica de paisagismo;

• Criar estratégia de atividades dos diversos organismos públicos e privados que atuam direta ou indiretamente no desenvolvimento de inovação em prol da municipalidade;

• Desenvolver projeto de incentivo a tecnologias voltadas ao desenvolvimento sustentável por meio dos Arranjos Promotores de Inovação;

• Construção de canais e instrumentos qualificados de apoio à inovação para o desenvolvimento sustentável e para a transição à Economia Verde;

• Implantar a Cidade Digital, com Rede de Fibra Óptica, Voip e Internet Comunitária;

• Consolidar a marca "Capital da Inovação";

• Ampliar os Centros de Inclusão Digital e torná-los acessíveis;

• Desenvolver estudos visando construção da sede própria da PMF; e

• Envidar esforços junto a Superintendência da Região Metropolitana para promover os interesses comuns aos municípios, a exemplo de soluções na mobilidade urbana.

112– "Qualificação da Gestão" Visando mudar a forma de fazer gestão, baseado nos princípios de Administração Pública, pretende-se, nos anos seguintes, a implementação de novos processos que demandam o fortalecimento da política de responsabilidade fiscal, o desenvolvendo de mecanismos de planejamento, a avaliação de resultados, com total transparência objetivando maior eficácia na aplicação dos recursos públicos. Investimentos nos setores administrativos do Poder Público, significa o aperfeiçoamento e/ou mudanças de instâncias administrativas e de seus agentes dentro de um processo de modernização administrativa. Por conseguinte, modernização administrativa significa revisão de procedimentos, prazos, formas de prestação de serviços públicos e informação. Não se pode confundir reforma administrativa, que requer conhecimento mais aprofundado do funcionamento da máquina pública e diagnóstico preciso, neste caso, pode-se exigir um tempo maior de reconhecimento interno se não houver condições de acesso às informações internas do governo anterior antes da posse. Neste sentido, o objetivo básico da modernização administrativa é que a Administração Municipal passe a fazer tudo o que precisa fazer, de forma planejada, eficaz e eficiente, com total transparência, participativa e tecnicamente aceitável, estritamente dentro da lei, de forma planejada e controlada. São diretrizes Do Programa de Governo, "Qualificação da Gestão" para que possamos ter "UM NOVO OLHAR PARA FLORIANÓPOLIS":

• Aperfeiçoar os instrumentos de combate à fraude, o desperdício e a sonegação fiscal;

• Promover o uso das tecnologias de informação e comunicação, estimulando os cidadãos o acesso aos serviços públicos por meios eletrônicos;

• Implementar a Gestão do Conhecimento na Administração Pública Municipal, baseada em Indicadores de Sustentabilidade Urbana;

• Viabilizar a realização de convênios junto ao Governo Federal, Estadual e Universidades, dentre outros;

• Elaboração de novas metodologias para realização dos Instrumentos de Planejamento, PPA, LDO e LOA;

• Estabelecer parcerias com outras esferas de governo e o setor privado, especialmente para investimentos em infraestrutura;

• aperfeiçoar o atual modelo de gestão de desempenho baseado no monitoramento das Metas Estratégicas, com avaliação permanente, focando em resultados;

• Aumentar a confiabilidade e eficiência dos serviços de tecnologia da informação e comunicações do Município, tornando-os compatíveis com as demandas da cidade;

• Manter a sustentabilidade fiscal atingida, garantindo pare dos recursos livres para os investimentos;

• Aperfeiçoar os processos do Sistema Municipal de Controle Interno, em especial os da Ouvidoria, da Corregedoria, da Auditoria, da Controladoria e da Contabilidade, objetivando as garantias da transparência e do controle dos atos de gestão.